

TRANS VERSO

07 A UFRGS como organismo social e a (contra) cultura permanente gaúcha: uma análise representológica dos seus símbolos oficiais a partir de dois conjuntos de efervescências

recebido em 11/09/2025
aprovado em 11/10/2025

A UFRGS como organismo social e a (contra) cultura permanente gaúcha: uma análise represontológica dos seus símbolos oficiais a partir de dois conjuntos de efervescências

Dayane Stephanie Maia Costa

dayane.maiacosta@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ricardo Cortez Lopes

rshicardo@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Renat Nureyev Mendes

renatnureyev@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Yury Vieira Tupynambá de Medeiros
e Lélis Mendes

yurytupynamba.adv@hotmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO (PT): Este artigo apresenta uma análise das convergências entre imagem e texto, fundamentada em uma sociologia da moral de matriz durkheimiana. Trata-se de uma apreciação das imagens oficiais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (o brasão e a marca promocional), examinadas por meio de instrumentos obtidos a partir de pesquisa documental. O objetivo consiste em cruzar os dados oriundos da análise documental com as representações visuais, a fim de compreender como os valores institucionais são socialmente comunicados por meio das imagens — e, ao mesmo tempo, como esses valores se transformam, sendo tais mudanças evidenciadas pelas próprias imagens. A metodologia adotada envolveu a construção de um corpus textual composto por documentos produzidos pela universidade, seguido da elaboração de categorias analíticas destinadas à leitura das imagens selecionadas. Os resultados indicam uma reorientação institucional, em que a UFRGS deixa de se apresentar primordialmente como uma universidade voltada à liderança e passa a se afirmar como uma instituição comprometida com a sociedade do conhecimento.

Palavras-chave: UFRGS, brasão, marca promocional, represontologia, contracultura.

ABSTRACT (ENG): This article presents an analysis of the convergences between image and text, grounded in a Durkheimian sociology of morality. It consists of an examination of the official visual symbols of the Federal University of Rio Grande do Sul—specifically, the coat of arms and the promotional brand—conducted through instruments derived from documentary research. The aim is to cross-reference the data obtained from documentary analysis with the corresponding visual representations, in order to understand how the institution's internal values are socially communicated through images, while also observing how these values evolve, with such transformations being made visible by the images themselves. The methodology involved the construction of a textual corpus composed of documents produced by the university, followed by the development of analytical categories designed to guide the interpretation of the selected images. The results point to an institutional reorientation, in which UFRGS shifts from presenting itself primarily as a university focused on leadership to affirming its identity as an institution committed to the knowledge society.

Keywords: UFRGS, coat of arms, promotional brand, represontology, counterculture.

1. Introdução

As instituições não podem ser apenas funcionais em relação aos seus próprios fins; para assegurar sua continuidade, necessitam de outros elementos que lhes garantam reconhecimento por parte de membros externos, os quais são, em última instância, aqueles que efetivamente sustentam sua relevância social. Em outras palavras, elas dependem de uma comunicação simbólica e social capaz de condensar, em uma imagem ou enunciado, seus valores centrais, de modo a possibilitar a aproximação (ou o distanciamento) desses públicos externos, que integram a dinâmica responsável por sua perpetuação no tempo e no espaço.

Para esse fim, são desenvolvidas diversas modalidades de comunicação social. Entre elas, destacam-se o logotipo e/ou a logomarca (Schlemper, 2004), que cumprem justamente essa função simbólica. Essas modalidades imagéticas podem ser analisadas a partir do instrumental teórico das ciências da comunicação. A proposta deste estudo, contudo, é realizar uma apreciação não estética, mas ideacional, isto é, voltada à identificação do ideário institucional por meio da Represontologia (Lopes, 2024), disciplina que busca compreender as representações subjacentes aos valores expressos.

Esses valores são construídos por meio de processos de efervescência coletiva e expressos nas imagens (tanto na marca promocional quanto no brasão) com o propósito de comunicar e eternizar a instituição. Nosso objetivo é analisar essas imagens à luz desses processos, identificados a partir de uma revisão bibliográfica que possibilita o contraponto crítico e o reconhecimento das mensagens representacionais nelas contidas. As imagens, portanto, funcionam como linguagens, e as palavras, por sua vez, “significam imagens mentais impressas na mente em função da nossa experiência com objetos. Uma palavra é a imagem de uma ideia e a ideia é a imagem de uma coisa, como numa cadeia de representações” (Novaes, 2008, p. 459). Essa cadeia representacional torna possível conectar a imagem à palavra e, em nosso caso, à própria representação, que articula significados por meio do armazenamento de fatos, permitindo afirmar que uma representação substitui algo representado (Lopes, 2024). Assim, a imagem institucional busca estabilizar a narrativa de formação da instituição, definindo como ela se constituiu, como deve permanecer e como deseja ser percebida pelos públicos externos.

Após esse preâmbulo, podemos delimitar o problema de pesquisa nos seguintes termos: quais representações sobre a instituição UFRGS emergem da análise de seu brasão oficial e de sua marca promocional? Um dos propósitos centrais deste estudo é correlacionar a construção da imagem institucional com a pesquisa em representação, de modo a identificar processos de efervescência simbólica presentes em sua formação — articulando, assim, dados históricos e elementos da comunicação social. Outro objetivo relevante é problematizar a própria UFRGS enquanto objeto de estudo, uma vez que essa abordagem ainda é pouco explorada e carece de investigações empíricas mais sistemáticas. Por fim, buscamos refletir sobre os valores institucionais comunicados por meio das imagens, compreendendo como tais valores atuam na produção de adesão simbólica e na consolidação de vínculos identitários entre a instituição e os indivíduos.

2. Conceitos de brasão e marca promocional

Antes de procedermos com a leitura representológica, precisamos realizar uma breve revisão de um dos conceitos clássicos relacionados às imagens. Neste caso, questionamo-nos: o que vem a ser um brasão?

A heráldica é a ciência dos brasões, emblemas usados na Idade Média nos escudos para identificar os combatentes no campo de batalha, já que eles não vestiam uniformes e [...] todos queriam identificar amigos e inimigos o mais rapidamente possível e sem erro. [...] Para poder obter este resultado seguro, a heráldica usa uma linguagem precisa, capaz de descrever sem ambiguidade os brasões mais complexos. A partir de um texto descritivo, sem ajuda de ilustrações, deve ser possível identificar o portador do brasão, ou de compor um brasão novo que não repita nenhum dos que já existem e são registrados em livros especializados, os armoriais. Portanto, a composição dos escudos e dos textos que os descrevem obedecem a regras definidas com precisão e que se aplicam, praticamente inalteradas, até hoje (Théry, 2013, p. 7).

Com efeito, o brasão constitui uma modalidade comunicativa ancestral, anterior à História Moderna, cuja função é vincular um indivíduo a um grupo e um grupo a uma linhagem, servindo como símbolo de pertencimento e legitimidade histórica. Por sua vez, a marca promocional emerge no contexto da ciência moderna do marketing, situando-se na intersecção entre o marketing institucional e o marketing promocional, ao combinar identidade visual e estratégia de comunicação voltada à adesão simbólica.

Mas, afinal, o que entendemos por promoção?

Como las promociones son un capítulo de gran importancia dentro del mix de comunicación, no debemos olvidar que al fin y al cabo es una herramienta del marketing que utiliza cualquier medio, cualquier soporte, creando sinergias entre ellos, pues la promoción no es más que otra manera de comunicar, con un incentivo para forzar la demanda (Lloreda, 2000, p. 11).

A marca, por sua vez, pode ser compreendida como a união entre um nome e um símbolo (Kotler, 2000). Ambas as dimensões resultam de uma deliberação intencional por parte dos profissionais de marketing, responsáveis por elaborar tanto o nome quanto o símbolo com o objetivo de orientar o público-alvo em direção à adesão ou à compra. Como observa Kotler (2000, p. 110), “cada nível de produto (linha de produto, marca) deve desenvolver um plano de marketing para atingir suas metas. O plano de marketing é um dos produtos mais importantes do processo de marketing”. Veremos, mais adiante, que esse mesmo processo também ocorre no nível social, ainda que de forma não intencional, como uma das etapas da efervescência coletiva que participa da formação simbólica das representações.

Quando uma empresa elabora uma marca promocional, sua finalidade comunicativa é clara: posicionar-se no mercado de forma identificável para o seu público-alvo. Nesse processo, são delimitados os valores centrais que servirão de base para a construção da imagem institucional. No caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entretanto, dois fatores complexificam essa dinâmica: (1) não há uma preocupação direta com a definição explícita de valores, já que a ênfase institucional recai sobre a produção de pesquisas, e não sobre a sobrevivência material, garantida pelo financiamento público; (2) os gestores nem sempre são escolhidos com base em critérios gerenciais, o que introduz outras racionalidades e disputas simbólicas no interior da instituição. Diante desse cenário, efervescências coletivas ocorrem no interior da universidade, independentes da lógica mercadológica, configurando um

campo fértil para uma leitura represontológica. Assim, propomos compreender esses valores não sob a ótica instrumental do marketing, mas sim a partir de uma análise representacional mais profunda, capaz de revelar as estruturas simbólicas e morais que sustentam a imagem institucional para além do discurso publicitário.

Ressaltamos que a análise de imagens não constitui propriamente uma novidade no campo das ciências sociais. Um dos exemplos mais emblemáticos é a leitura que Michel Foucault (2018) realiza do quadro *As Meninas*, de Velázquez, em que a obra pictórica é tomada como dispositivo de pensamento e de poder. Podemos mencionar ainda o ramo consolidado da antropologia visual, bem como as orientações metodológicas presentes em Bauer e Gaskell (2017), que oferecem importantes contribuições para o tratamento analítico de materiais visuais. O que propomos neste estudo, entretanto, é realizar uma análise de caráter sócio-histórico, ancorada em conceitos teóricos e em revisão bibliográfica, de modo a articular as dimensões representacionais das imagens institucionais à dinâmica histórica e simbólica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Partindo dessa premissa inicial, estudamos duas formas de efervescência: a efervescência interna da instituição e aquela relativa ao público que ela declara como seu alvo, isto é, o estado federativo do Rio Grande do Sul. Após apresentarmos as dinâmicas dessas efervescências e analisarmos os conjuntos de ideias que delas emergem, avançamos para a leitura das imagens propriamente ditas, buscando compreender como tais representações visuais condensam e projetam os valores institucionais identificados no processo anterior.

3. Represontologia e efervescência

Na Represontologia, a representação pode ser estudada sob duas dimensões principais: sua composição interna, isto é, os elementos que estruturam seu funcionamento, e seu comportamento, que diz respeito à forma como interage com outras representações ou com elementos não representacionais (Lopes, 2024; 2025).

Neste estudo, optamos pela primeira dimensão, a composicional, uma vez que alguns autores já investigam a questão por meio de modelos teóricos voltados à estrutura interna da representação. Entre esses modelos, adotamos o modelo estático, que considera a representação como uma entidade que recebe estímulos externos sem sofrer alterações em sua constituição essencial. Em outras palavras, buscamos compreender como a representação reage a estímulos externos em relação ao seu núcleo associativo — aquele que estabelece a equivalência entre o referente (aquilo que é representado e que, em última instância, é inalcançável por uma única representação) e o conteúdo representacional (Representação → Referente).

Ao receber um estímulo, a representação aciona sua região de julgamento moral, que constitui sua instância avaliativa. Essa região julga se o fato percebido confirma ou contradiz o núcleo da representação. Caso o estímulo corrobore o núcleo, é assimilado ao sistema; caso o contrarie, pode ser neutralizado e transferido ao repositório de representações, espaço destinado às representações documentadas, mas não creditadas.

Entretanto, quando o estímulo é excessivamente dissonante, ele não pode ser neutralizado, o que provoca a ruptura do conectivo representacional. Nesse ponto, ocorre o trânsito do núcleo associativo, que passa a vincular-se

a outra representação já arquivada e relacionada ao mesmo referente, reorganizando o conjunto de conexões simbólicas e, assim, produzindo uma reconfiguração do sentido representacional (Lopes, 2024).

Para Durkheim (1890), a convivência entre indivíduos constitui um terreno fértil para o surgimento de ideias coletivamente compartilhadas entre os interagentes. Dentre essas ideias, algumas adquirem caráter sagrado, isto é, desvinculam-se de sua origem humana e passam a ser investidas de uma força simbólica inquestionável.

Expresso dessa forma, o processo pode parecer linear e isento de tensões, mas, na realidade, envolve uma ruptura inicial: é necessário que ocorra uma quebra primária — um momento de desestabilização das estruturas prévias — para que o processo de efervescência se desencadeie e, a partir dele, novas representações coletivas se consolidem.

Sob o ponto de vista sociológico, é necessário investigar a fundo para compreender por que as coisas se tornam sagradas, supondo-se não ser esta uma característica inerente. Para apresentar breve e simplificada uma argumentação que é de fato complicada, o processo envolvido aqui pode ser considerado uma consagração, o resultado final de um processo dinamogênico, desencadeado pela efervescência coletiva, a dimensão empírica mais crucial da vida humana — conforme nossa interpretação da teoria durkheimiana. Dinamogenia é um processo de intensificação da energia experimentada pelos indivíduos, naquelas circunstâncias excepcionais em que pensam e agem juntos, provocando um estado efusivo, que libera sentimentos e emoções intensos, um senso de pertencimento a uma realidade maior, uma força mais poderosa do que a de cada um, fazendo aquela circunstância parecer verdadeiramente excepcional (Rosati; Weiss, 2015, p. 122).

Os instantes excepcionais emergem justamente porque o saber compartilhado até então já não é mais suficiente para explicar as novas situações que se impõem à coletividade (Durkheim, 1890). Essa ruptura de sentido provoca uma aproximação entre os indivíduos, que passam a buscar conjuntamente novas formas de compreensão e de ordenamento simbólico para restabelecer a coesão social abalada.

Uma primeira coisa a se ter em consideração quando vamos analisar a teoria moral durkheimiana é que, para o autor, a moral é um fenômeno que tem uma origem social. Portanto, inclusive os 'ideais', que são o coração de todo princípio moral, são produções coletivas. Ora, para o autor, toda reunião de grupo, assembleias, etc. é um momento dinamogênico, que contribui para reavivar a percepção dessa realidade *sui generis*. Mas há momentos em que essa força atinge uma intensidade excepcional [...], justamente porque a interação entre as consciências é mais frequente e mais ativa [...]. Os períodos históricos de transição são um desses momentos mais característicos, em que existe um abalo no mundo tal como ele é. Por isso, inclusive, que os momentos de crise são particularmente férteis. É essa grande concentração energética que permite criar o novo (Weiss, 2013, p. 397).

No caso da presente pesquisa, identificamos dois momentos de efervescência: as da própria instituição e as do seu público-alvo, isto é, o contexto da educação nacional. Há, entre ambas, uma interpenetração constante, na medida em que as transformações sociais e simbólicas da educação reverberam na universidade, e as mudanças institucionais, por sua vez, influenciam o campo educacional mais amplo. Podemos observar o resultado dessas efervescências institucionais especialmente no código jurídico, uma vez que o direito cumpre a função de estabilizar significados — cristalizando, em

normas e princípios, as representações coletivas que emergem de momentos de intensa agitação moral e social.

Art. 11 - O Conselho Universitário é integrado: [...] VI - por um representante dos antigos alunos da Universidade e por representantes da comunidade do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 1 (um) das entidades empresariais, 1 (um) das entidades de trabalhadores, 1 (um) das entidades culturais e 1 (um) do setor de ciência e tecnologia, escolhidos de acordo com o disposto no Regimento Geral da Universidade (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, s/p).

Podemos mencionar também outros mecanismos por meio dos quais a UFRGS procura manter contato com a sociedade. A política de cotas é um exemplo emblemático desse esforço; outro seria a dimensão da extensão universitária, um dos pilares do tradicional tripé ensino-pesquisa-extensão, além das diversas exposições, atividades culturais e do próprio museu da instituição. Esses mecanismos são fundamentais para que a universidade não se restrinja à esfera puramente epistemológica, permitindo-lhe ampliar sua inserção social e reafirmar o compromisso público que orienta sua missão institucional.

4. Metodologia do estudo

Esta é uma pesquisa qualitativa ancorada na perspectiva representológica, que toma os símbolos oficiais como mídias. Se a representologia é a ciência que se dedica ao estudo da composição e do comportamento das representações (Lopes, 2024), com base em evidências materiais, então o método representológico visa detectar fenômenos empíricos (neste caso, as mídias), uma vez que a representação não se manifesta de forma direta à percepção humana. A partir desses fenômenos, buscamos derivar as representações que os orientaram ou, inversamente, aquelas que deles se originaram, reconstruindo, assim, os nexos simbólicos que estruturam a comunicação institucional.

Metodologicamente, optamos por investigar a composição das representações externas — isto é, aquelas já expressas e não mentais —, examinando seus elementos internos por meio da análise de conteúdo, conforme as etapas propostas por Bardin (1977): leitura flutuante, pré-análise, análise e inferência. Inicialmente, selecionamos os símbolos que remetem à UFRGS de forma não verbal e que se encontram amplamente presentes em documentos institucionais e na comunicação visual, o que nos levou a concentrar o foco no brasão e na marca promocional da universidade.

Após essa seleção, procedemos à apreciação das imagens, identificando e registrando representações preliminares; em seguida, realizamos uma revisão da história da UFRGS, com o intuito de coletar fatos e acontecimentos que pudessem estar simbolicamente inscritos nas imagens. Dessa forma, buscamos reconstruir os processos de efervescência — conceito incorporado da sociologia durkheimiana — que sustentam as formas de representação institucional.

Após esse primeiro contato, mediado pelo estudo do referente, procedemos à apreciação direta das imagens, examinando-as em sua própria materialidade, a fim de identificar as representações delas resultantes. Optamos por decompor seus elementos constitutivos e verificar sua correspondência com elementos factuais ou morais, buscando rastrear os processos de efervescência que possam ter contribuído para sua consolidação simbólica.

Com base no material empírico encontrado, elaboramos inferências acerca da composição das representações, as quais, como veremos, configuram uma região de julgamento moral orientada pela norma da ruptura social. Por fim, refletimos sobre o referente, isto é, a própria UFRGS enquanto entidade representada.

5. Efervescências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): a tentativa de “gerar” um organismo

O ensino superior se consolidou de forma bastante tardia no Brasil, sobretudo quando comparado às colônias espanholas do mesmo período e continente (Mendes; Mendes, 2019).

No caso do Rio Grande do Sul, os primeiros ímpetus pela criação de um sistema próprio de ensino superior surgiram durante o governo de Júlio de Castilhos. Até então, as elites locais costumavam estudar na Europa, de onde retornavam posteriormente às terras brasileiras, trazendo consigo a formação e os referenciais intelectuais estrangeiros que marcariam as primeiras gerações de pensadores e gestores regionais.

A história da universidade revela um percurso marcado por diversas efervescências próprias, momentos em que ideias, valores e disputas simbólicas se intensificaram, impulsionando transformações institucionais e culturais que moldaram sua identidade ao longo do tempo.

A UFRGS teve sua origem a partir da criação da Escola de Farmácia e Química na cidade de Porto Alegre no ano de 1895. Com o surgimento de novas escolas, como as de Engenharia, Medicina e Direito, estas se agregaram com o nome de Universidade de Porto Alegre (UPA) (Narvaz, 2009). Foi no ano de 1947 que a UPA recebeu a denominação de Universidade do Rio Grande do Sul e, a partir de 1950, através da Lei n. 1254 (Brasil, 1950), passa a ser uma instituição de ensino superior de nível federal (Cavedon, 2000), passando a se chamar Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Medeiros, 2018, p. 15).

A primeira efervescência esteve vinculada à área da saúde, com a criação da Escola de Farmácia e Química, que alcançou seu ápice em 1895. Dessa iniciativa inicial surgiram — ou coexistiram paralelamente — outras deliberações, responsáveis pela fundação de novas escolas, como as de Engenharia, Medicina e Direito, cujas orientações variavam entre a adesão e a resistência ao governo castilhista (Monteiro, 2011).

Uma nova efervescência gerou, então, a ideia de constituir uma universidade, viabilizada pela união das instituições já consolidadas, embora a vinculação jurídica inicial tenha ocorrido por meio do município de Porto Alegre. Posteriormente, uma nova deliberação promoveu a transição de âmbito institucional, e, em 1947, a universidade passou de municipal a estadual. Com a criação da rede federal de ensino superior no Brasil, a estrutura previamente edificada por essas efervescências sofreu uma nova transformação, convertendo-se em instituição federal — movimento que consolidou sua posição no sistema educacional brasileiro.

Antes de apresentarmos os dados em sua totalidade, podemos antecipar que a universidade se projeta como um organismo voltado ao acolhimento do aluno — o que, em termos durkheimianos, equivale à formação de uma moral profissional, isto é, à atribuição de papéis e responsabilidades

específicas ao corpo administrativo, aos docentes, aos veteranos, aos centros acadêmicos e aos próprios mecanismos de ingresso. A pista para interpretar essa configuração institucional como a construção de um organismo que se pretende vivo foi oferecida por Lewgoy (2001), ao identificar a presença de uma herança positivista na estrutura e no ethos da universidade.

Haveria um contexto mais reflexivo do que tradicional por conta desta herança positivista, e o que caracterizaria a UFRGS seria a tendência de nela prevalecerem ideologias que levam a concepções do secularismo no espaço público como um valor-em-si que cria um ambiente favorável a esse tipo de pensamento (Lewgoy, 2001, p. 115). Oro (2004, p. 66) afirma que outras pesquisas também constaram uma '[...] certa herança positivista que perdura nos cursos da UFRGS' (Lopes, 2015, p. 113).

Mas afinal, o que entendemos pelo construto teórico de “organismo”?

[a metáfora] teve origem na preocupação de assemelhar a sociedade humana ao organismo biológico. É a transposição do significado biológico da palavra função para o campo da Sociologia. Para Florestan Fernandes (1920-1995), utiliza-se, então, o termo função tanto para designar um sistema de movimentos vitais, abstração feita de suas consequências — funções de nutrição, funções de relação e funções de reprodução —, quanto para exprimir a relação de correspondência que existe entre as funções indicadas e a conservação do indivíduo ou da espécie e a preservação ou crescimento do organismo (Petry, 2015, p. 157).

É interessante observar que o próprio Auguste Comte discorre — no Volume II da Política Positiva, no capítulo dedicado à estrutura social, em que aborda o conceito de “Estado” — sobre a sociedade como um organismo, ainda que reconheça explicitamente tratar-se de uma metáfora: a compreensão científica da sociedade deve tomar a família, e não o indivíduo isoladamente, como sua unidade fundamental, uma vez que ela constitui a célula básica a partir da qual se estrutura o organismo social (Comte, 1978). Em outras palavras, a noção de organismo funciona como um recurso lógico para compreender a sociedade, embora apresente limitações inerentes ao seu caráter metafórico. Essa compreensão é sistematizada por Lacerda (2010, p. 187), conforme indicado no Quadro 1:

BIOLOGIA	SOCIOLOGIA
Célula	Família
Tecido (Sistema)	Classe (União de tecidos, isto é, de classes)
Órgão → impossibilidade de existir sozinho (Aparelho)	Cidade (<i>citê</i>) → possibilidade de existir sozinha (União de órgãos, isto é, de cidades)

Quadro 1 — A metáfora da sociedade como um organismo. Fonte: Lacerda (2010, p. 187).

Assim, o organismo-universidade apresenta funções que garantem sua vitalidade, culminando na moral profissional, a qual atua no sentido de formar — ao menos em termos ideais — um aluno plenamente identificado com os valores institucionais e preparado para exercer liderança na sociedade gaúcha. Contudo, esse processo, embora aparente ser racional, possui um substrato ritualístico em seus meios e fins, necessário para que a nutrição simbólica de fato ocorra, resultando no funcionamento saudável do organismo.

6. Efervescências do Estado: a contracultura permanente?

A UFRGS, ainda que adote políticas de internacionalização e conte com a presença de estudantes e docentes oriundos de diferentes estados, conserva, conforme indica o material analisado, traços característicos da cultura gaúcha, especialmente no que se refere ao funcionamento do campo de pesquisa. Uma revisão histórica do Rio Grande do Sul revelou diversos momentos em que determinados traços culturais se reproduziram (muitos deles anteriores ao positivismo), notadamente quando surgiam proposições de sistemas de governo inteiros destinados a substituir outros considerados ultrapassados.

Nesse contexto, identificamos a existência de um conjunto de representações sociais duradouras no imaginário rio-grandense, as quais atribuem significados recorrentes aos acontecimentos históricos e institucionais. Tais significações, por sua vez, são continuamente produzidas e renovadas por meio de processos de efervescência coletiva.

O primeiro conjunto de efervescências refere-se às duas colonizações às quais o Rio Grande do Sul esteve submetido: uma espanhola e outra portuguesa. Esse duplo processo ocorreu em decorrência de tratados políticos, como o Tratado de Tordesilhas e a questão da Colônia do Sacramento (Oliven, 1989). Diante desse contexto, é possível afirmar que a província do Rio Grande do Sul constitui um caso singular na história colonial, por ter sido influenciada simultaneamente por duas metrópoles legítimas — Portugal e Espanha, ambas monarquias europeias.

Assim, podemos identificar a atuação de duas lógicas culturais e administrativas distintas operando sobre o mesmo território e sua população, iniciando-se com a dominação portuguesa, que impôs um modelo de organização e de representação próprio, mas em constante tensão com a herança hispânica.

Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão (Holanda; Eulálio; Ribeiro, 1995, p. 95).

Holanda, Eulálio e Ribeiro (1995) descrevem essa maleabilidade característica da colonização portuguesa, que possibilitou a expansão do império lusitano por meio de estratégias de adaptação local, como a concessão de licenças de exploração e os casamentos entre nobres portugueses e membros das elites regionais. Essas práticas contribuíram para a formação de um império mestiço, sustentado pela integração simbólica e social entre a metrópole e as colônias. Entretanto, o Rio Grande do Sul vivenciou também uma colonização de matriz espanhola, cuja influência deixou marcas culturais e políticas igualmente profundas, coexistindo — e por vezes competindo — com a tradição lusitana.

Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América. Se, no primeiro momento,

ficou ampla liberdade ao esforço individual, a fim de que, por façanhas memoráveis, tratasse de incorporar novas glórias e novas terras à Coroa de Castela, logo depois, porém, a mão forte do Estado fez sentir seu peso, impondo uma disciplina entre os novos e velhos habitantes dos países americanos, apaziguando suas rivalidades e dissensões e canalizando a rude energia dos colonos para maior proveito da metrópole. Concluída a povoação e terminada a construção dos edifícios, 'não antes' — recomendando expressamente as *Ordenanzas de descubrimiento nuevo y población*, de 1563 —, é que governadores e povoadores, com muita diligência e sagrada dedicação, devem tratar de trazer, pacificamente, ao grêmio da Santa Igreja e à obediência das autoridades civis, todos os naturais da terra (Holanda; Eulálio, 1995, p. 95).

A colonização espanhola caracterizou-se por ser mais centralizada, ordenada e autoritária do que a portuguesa. Na hibridização com a maleabilidade lusitana, provavelmente emergiu um autoritarismo flexível, isto é, crítico em relação às estruturas já consolidadas, mas ainda pautado por uma lógica hierárquica e disciplinadora.

Somadas a essas influências as heranças indígenas e africanas, bem como as constantes ondas migratórias, o Rio Grande do Sul conformou, desde seus primórdios, um caldeirão de vivências culturais, no qual o enfrentamento da diversidade se deu de forma crítica e combativa. É nesse contexto que se forja o que alguns autores denominam de “ímpeto guerreiro” — uma representação simbólica que, embora não se sustente plenamente sob uma análise historiográfica rigorosa, possui força explicativa e apelo emocional suficientes para superar a narrativa técnica e histórica no imaginário coletivo.

Essa leitura do ímpeto guerreiro como traço formador da identidade gaúcha é interpretada por Oliven (1989) da seguinte maneira:

O Rio Grande do Sul é geralmente considerado como ocupando uma posição singular em relação ao Brasil. Isto se deveria às suas características geográficas, à sua posição estratégica, à forma de seu povoamento, à sua economia, e ao modo pelo qual se insere na história nacional. Apesar do Estado ter uma grande diferenciação interna (do ponto de vista geográfico, étnico, econômico e de sua colonização), ele é frequentemente contraposto como um todo ao resto do País, com o qual manteria uma relação especial, a ponto de ser às vezes chamado jocosamente por outros brasileiros de ‘este país vizinho e amigo do Sul’ (Oliven, 1989, p. 1).

Após uma série de levantamentos históricos, conclui o antropólogo:

O que se depreende deste conjunto de elementos é um clima de adversidades que os gaúchos são constantemente obrigados a enfrentar. A necessidade de garantir fronteiras, dominar a natureza, rebelar-se contra os desmandos do governo central, além dos conflitos internos do próprio estado, ajudariam a explicar o caráter um tanto feroso que já teria se incorporado ao inconsciente coletivo gaúcho (Oliven, 1989, p. 1).

Essa “ferosidade”, por outro lado, também ajuda a explicar a notável diversidade de ideias e posicionamentos presentes no estado — todos, contudo, defendidos com intensidade e convicção. Trata-se de uma paixão pelo debate e pela afirmação de perspectivas, que revela tanto o vigor crítico quanto o caráter combativo do espírito gaúcho, forjado historicamente na tensão entre diferentes tradições culturais e projetos de sociedade.

Não se pode esquecer que o Rio Grande do Sul, além do Positivismo, foi cenário de maçons, anarquistas, comunistas, espíritas e livres-pensadores, abrigando também uma forte tradição política, cívica e oposicionista, que sempre permeou a universidade. Deste modo, trata-se ir além de uma leitura fechada e vislumbrar nos resultados da pesquisa as incidências de um ideário da modernidade, consubstancial à ideia de universidade pública, não apenas como locus de atualização de uma determinada tradução democrático-cívica [...], mas também como categoria emblemática e sobredeterminada de identidades que ali encontraram um ambiente cultural favorável, entre as quais o secularismo e o espiritismo, além do consagrado espaço de contestação ‘à esquerda’, que parecia caracterizá-la anteriormente (Lewgoy, 2001, p. 116).

No caso, Lewgoy (2001) estudava especificamente a UFRGS, e, a partir de suas observações, classificamos as representações sociais hegemônicas da instituição como portadoras de uma “agressividade reflexiva” — uma postura que ultrapassa os limites da reflexividade crítica tradicional e, por essa razão, tende a privilegiar o conteúdo técnico em detrimento do bem-estar individual, já que o saber técnico está em permanente disputa simbólica e institucional.

O autor identifica esse traço como característico de um pensamento de orientação esquerdista (Lewgoy, 2001); contudo, entendemos que o cerne não reside na ideologia política em si, mas na contestação contínua. Se, em determinado momento, a esquerda se institucionaliza, é o pensamento de direita que assume o papel de força crítica — e vice-versa. Assim, mais do que um alinhamento político, o que se manifesta é uma vocação contestatória permanente, expressão de um valor essencial da modernidade primeira, quando esta buscava equilibrar tradição e transformação.

Talvez este apego à modernidade decorra da identificação simbólica que o estado busca preservar com a cultura europeia, como se vê em um trecho suprimido do Hino Rio-Grandense: “Entre nós, reviva Atenas, para assombro dos tiranos. Sejamos gregos na glória e na virtude, romanos.”

A referência direta à tradição greco-romana evidencia um desejo de filiação civilizatória, no qual a herança europeia é elevada a modelo de excelência moral e intelectual. Assim, a invocação de Atenas e Roma não é fortuita: ela reforça o imaginário de racionalidade, honra e heroísmo, servindo como fundamento simbólico da autoimagem gaúcha — e, por extensão, da própria UFRGS, enquanto instituição que pretende herdar e perpetuar esse ideal de grandeza clássica.

O século XIX foi o período de surgimento e desenvolvimento das artes no Estado e em Porto Alegre. Como uma consequência da chegada dos imigrantes europeus no Rio Grande do Sul, os referenciais da antiguidade clássica eram uma diretriz proveniente da orientação europeia, que atuou no Brasil e na capital gaúcha como uma moda na época, amplamente aceita pelos gostos da elite. Disseminada nas escolas, figurando nas revistas, na literatura, e como musa das artes, a tradição clássica foi o modelo de ensino das academias, norteadas pelas grandes obras da Grécia e de Roma, e pela manutenção deste mesmo referencial clássico ao longo da história da arte [...]. Na medida em que a cidade se desenvolvia, os clássicos passaram a nortear os assuntos culturais da época (Carvalho, 2009, p. 68).

Esta faceta é muito problematizada por estudos sobre a cultura afro, como mostra o trecho abaixo:

Este trabalho pretende levantar a discussão sobre a presença do negro na mídia brasileira, precisamente, no estado do Rio Grande do Sul, onde devido a uma forte imigração europeia, a trajetória dos afrodescendentes foi colocada em segundo plano pelas elites locais, num fenômeno de invisibilidade. Essa questão se reflete também nos meios de comunicação de massa, como a televisão, não sendo algo exclusivo do sul do país, mas presente nas emissoras de televisão no geral, tanto nas telenovelas quanto nos telejornais (Grijó, 2012, p. 53).

As contestações ao projeto moderno costumam ser examinadas a partir de seu conteúdo — por exemplo, quando a contracultura é estudada como um construto histórico bem delimitado, situado dentro de um determinado recorte cronológico. No entanto, isolar a variável temporal é apenas parte da questão e, em certo sentido, pode ocultar o problema mais relevante: compreender como uma efervescência se mantém viva, reproduz-se socialmente e continua sendo aderida por novos grupos ao longo do tempo. Em outras palavras, mais do que identificar quando uma efervescência surgiu, importa compreender por que e de que modo ela permanece atuante, renovando-se em diferentes contextos históricos e sociais.

Esse é justamente o caso da contracultura. De movimento social e artístico das décadas de 1960 e 1970, pretendemos utilizá-la como chave interpretativa para compreender parte das inquietações persistentes na cultura rio-grandense. Nossa hipótese é que as efervescências contraculturais continuam presentes de duas formas: a) vinculadas aos indivíduos que ainda as reivindicam de modo explícito; e b) manifestas em atitudes de contestação difusa ao *status quo*, mesmo quando não se configuram como sistemas ideológicos coerentes.

Desse modo, entendemos que tais ideais encontraram terreno fértil nos contextos democráticos, os quais garantem um espaço público de deliberação, mas que, com o tempo, transcenderam a simples função crítica, passando a constituir um ethos duradouro de resistência e de reinvenção social.

A crítica ao estabelecido consolida-se, assim, como uma regra impessoal e culturalmente incorporada. Nesse contexto, o conteúdo específico do que é contestado torna-se secundário: o que realmente importa é a própria atitude crítica diante do estabelecido, pois é ela que confere legitimidade às ideias e as torna socialmente válidas, independentemente de sua orientação ou fundamento.

Uma cultura minoritária caracterizada por um conjunto de valores, normas e padrões de comportamento que contradizem diretamente os da sociedade dominante. De acordo com o *Oxford English Dictionary*, a palavra *counterculture* foi acrescentada à língua inglesa no final dos anos 60 e início dos anos 70, referindo-se aos valores e comportamento da mais jovem geração norte-americana dos anos 60, que se revoltava contra as instituições culturais dominantes de seus pais, na maior parte, afluentes [...]. Embora a palavra tivesse entrado para a língua a fim de identificar esse conflito de gerações em particular na América do Norte, a ideia é tão antiga quanto a história judaica cristã do Ocidente; a própria cristandade foi uma contracultura na Jerusalém judaica e mais tarde na Roma pagã (Outhwaite, 1996, p. 134).

Ou seja, essa lógica da contestação cultural pode, de fato, ter se institucionalizado e se manifestado de forma mais coesa e reconhecível na América do Norte durante as décadas de 1960 e 1970; contudo, isso não implica que efervescências contestatórias não possam emergir em outros contextos culturais.

Com base nas evidências apresentadas, buscamos demonstrar que a sociedade gaúcha dispõe de condições sociais que lhe permitem sustentar simultaneamente um organicismo persistente e uma contracultura permanente, ambos defendidos com intensidade “fogosa”. Os dados analisados confirmam e reforçam essa interpretação, revelando a coexistência dinâmica entre ordem e contestação como traço constitutivo de sua cultura.

7. Análise das imagens: o organismo e a contracultura permanente

Nesta seção, analisaremos os dois símbolos institucionais à luz das efervescências identificadas, de modo que as imagens adquiram densidade simbólica e se conectem mais vivamente ao contexto histórico e social de sua produção. Iniciaremos pela análise do brasão, para, em seguida, prosseguirmos com a leitura da marca promocional, articulando ambos os casos em torno dos valores e representações que expressam.

Os brasões constituem modalidades comunicativas estruturadas segundo padrões simbólicos, justamente para tornar visíveis as comunidades de pertencimento e seus valores compartilhados. Por essa razão, o primeiro nível de interpretação se dá pela intencionalidade heráldica, isto é, pelas regras e convenções que orientam sua composição (Peres, s/d). Já o segundo nível diz respeito ao não intencional — às efervescências sociais e culturais que se manifestam indiretamente na imagem e que revelam o que se busca fixar ou eternizar por meio da arte.

Para iniciarmos a análise, apresentamos a manifestação empírica do objeto de estudo, conforme Figura 1:



Figura 1 – Brasão de 1951. Fonte: adaptado de Cauduro e Fonseca (1997).

Essa imagem foi concebida segundo os preceitos da heráldica, respeitando suas normas de composição e significação, e encontra-se oficialmente descrita em documento institucional. Tal descrição pode ser apreciada no seguinte trecho:

Em escudo normando, dividido em dois campos: No campo superior, em azul celeste, um livro aberto, ostentando em cada folha uma letra grega: Alfa e Ômega. No campo inferior, raiado horizontalmente, o território do Estado do Rio Grande do Sul, em verde. Na parte superior e exterior do escudo, aparece uma tocha com as labaredas acesas, em amarelo, vermelho e branco (Cauduro; Fonseca, 1997, p. 3).

As referências simbólicas são numerosas, e examinaremos cada uma delas em seu devido momento. Começamos pelo alfa e ômega, que correspondem, respectivamente, à primeira e à última letras do alfabeto grego, podendo indicar o desejo de representar o conhecimento como totalidade, com início e fim dentro de um mesmo sistema simbólico. Tal escolha não surpreende, pois os intelectuais modernos costumam demonstrar grande deferência aos pensadores da Antiguidade (Coutinho, 1999). Além disso, os próprios positivistas identificavam nos clássicos uma forma privilegiada de expressar seus ideais estéticos e filosóficos (Carvalho, 2009).

Já em relação ao escudo normando, podemos desenvolver algumas considerações específicas:

Passando pelos escudos vikings e anglo saxões que adotaram o formato circular e mais tarde, no final de suas invasões, o formato de gota. Este formato era usado principalmente pelo povo normando, e por causa de seu sucesso militar em vários locais da Europa, este formato acabará se tornando o mais popular entre a cavalaria e os soldados entre os séculos XI e XII (Gladiatoria, s/d, s/p).

A UFRGS parece, portanto, reivindicar simbolicamente as invasões bárbaras, representadas pelo uso do escudo normando, uma forma tradicionalmente reconhecida pela heráldica como de caráter artístico e simbólico (Peres, s/d). Tal escolha pode sugerir um contraponto crítico ao legado clássico, isto é, à herança grega, cuja cultura, no contexto contemporâneo, estaria deslocada de sua matriz original. Entretanto, trata-se de uma atitude mais defensiva do que ofensiva, pois a atividade-fim da instituição — o ensino, a pesquisa e a extensão — irradia benefícios coletivos de modo quase automático, configurando uma ação civilizadora voltada ao bem comum.

A sociedade, por sua vez, parece estar simbolizada pelo mapa do território gaúcho, representado na cor verde, a qual, segundo a heráldica, “é a das virtudes, da esperança e das qualidades mundanas: a honra, a cortesia, a abundância, a amizade, o campo e a posse, bem como o serviço e o respeito devidos ao Príncipe” (Peres, s/d). O uso de listras ao fundo do mapa, conhecidas como fachada (Peres, s/d), reforça o foco inicial no estado, enquanto a chama — possivelmente inspirada na tradição renascentista de luz como saber — projeta-se para fora do escudo, simbolizando a expansão do conhecimento para além dos limites regionais.

A tocha que se projeta acima do escudo normando parece remeter, de forma evidente, à tradição simbólica grega, sendo que, na heráldica, ela representa a intrepidez (Peres, s/d). É plausível supor que tal elemento faça alusão ao mito de Prometeu, o titã que, ao roubar o fogo dos deuses para entregá-lo aos homens, teria concedido à humanidade a luz do conhecimento e da razão, mas também a responsabilidade e o fardo do saber.

Nos poemas *Os trabalhos e os dias* e *Teogonia* (séc. VIII-VII a.C., prov.), Hesíodo apresenta Prometeu como aquele Deus que roubou o fogo a Zeus para reentregá-lo à humanidade sofredora. Este Deus Titânico, 'Prometeu de curvo-tramar' que enfrenta Zeus, 'Deus dos homens e dos Deuses', para o bem da humanidade é, na poesia de Hesíodo, o herói mitológico que é o protetor da humanidade. Em razão de seu amor à humanidade, enganou Zeus que, por isso, o castiga cruelmente junto com seus protegidos. Segundo a *Teogonia* de Hesíodo, Zeus castigou duramente Prometeu por este pretender beneficiar a humanidade em detrimento dos deuses. Mandou prendê-lo com correntes inquebrantáveis ao meio de uma coluna (Candido, s/d, p. 2).

Ou seja, a interação entre a universidade e a sociedade gaúcha funciona como o combustível que mantém acesa a chama do saber, garantindo que ela permaneça viva e efetiva ao longo do tempo. É interessante observar que a tocha é um elemento recorrente em diversos brasões de universidades federais, simbolizando o conhecimento e a iluminação intelectual; no entanto, a lógica do combustível — isto é, da reciprocidade dinâmica entre instituição e sociedade — parece ser uma peculiaridade do brasão da UFRGS.

Essa interação entre os elementos visuais, que sugere movimento e continuidade, poderia ser perfeitamente representada em um GIF (*Graphics Interchange Format* — formato de intercâmbio de gráficos), em que a chama se manteria viva graças à retroalimentação simbólica entre o saber produzido e o contexto social que o sustenta.

Se observarmos o brasão sob a perspectiva do movimento, percebemos que ele transmite de maneira bastante clara a ideia de um organismo vivo. A universidade aparece, nesse contexto, como um corpo que abastece a humanidade com conhecimento, irradiando saber a partir do estado do Rio Grande do Sul, seu ponto de origem simbólico e territorial.

Em continuidade à análise, passamos agora à marca promocional da instituição, utilizada para fins de divulgação e identidade visual, conforme apresentada na Figura 2.



Figura 2 – Marca Promocional. Fonte: adaptado de Cauduro e Fonseca (1997).

Assim como ocorre com o brasão, a marca promocional não se apresenta de forma isolada, mas é acompanhada por um texto explicativo que complementa e orienta sua interpretação simbólica.

A seguir, transcrevemos o referido texto, que serve de base para a análise representológica subsequente:

Essa nova marca enfatiza a função da UFRGS como importante agente de mudanças sociais e culturais na comunidade gaúcha, principalmente nesse fim de século e início de novo milênio. A Marca Promocional sintetiza a idéia de uma UFRGS viva, dinâmica e participante, irradiando a luz e o calor do conhecimento para a comunidade, através das chamas apaixonadas do ensino, pesquisa e extensão que seus corpos docentes, discentes e técnico administrativos sustentam e alimentam em conjunto, com esforço e dedicação (Cauduro; Fonseca, 1997, p. 13).

Podemos destacar, nessa marca, a presença de três triplicidades significativas: i) viva / dinâmica / participante; ii) ensino / pesquisa / extensão; iii) docentes / discentes / técnico-administrativos. Enquanto no brasão o propósito era o de alimentar a chama do saber, na marca promocional essa chama já se encontra fundida às próprias estruturas da universidade, simbolizando uma instituição em constante movimento e integração.

É igualmente relevante sublinhar a expressão “agente de mudanças sociais e culturais na comunidade gaúcha” (Cauduro; Fonseca, 1997, p. 13), que revela uma intenção explícita de intervenção transformadora: a UFRGS se apresenta como uma entidade abnegada, que busca atuar sobre o meio em que está inserida, especialmente no contexto da sociedade do conhecimento, marcada pela transição entre o fim de um século e o início de um novo milênio.

Aqui, a sociedade já não ocupa o mesmo papel que exercia no brasão. A ausência de sua representação direta sugere que a universidade deixou de ser o combustível que mantém o fogo aceso para se tornar a própria fonte de calor responsável por provocar a transformação. A pira, agora simplificada em um recipiente com três pontos, parece simbolizar a própria comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos) que mantém o fogo em atividade.

A aplicação do tom azul às figuras reforça uma nova dimensão simbólica. Como observa Silveira (2015, p. 21), “percebe-se a utilização do azul na construção da sensação de distância”, o que, nesse contexto, cria um efeito de profundidade e racionalidade, aproximando a imagem de uma estética tecnológica e contemporânea. Nessa composição, a noção de organismo dá lugar à de uma sociedade do conhecimento: a combustão (metáfora do saber) é agora controlada e gerada pela própria universidade, que canaliza e orienta o calor transformador em direção à sociedade gaúcha.

Assim, o foco da imagem desloca-se para o nome da instituição, destacado em azul, enquanto a chama, racionalmente segmentada, atua como o principal atrator visual. A ausência de movimento no entorno, com a pira já estilizada e o fogo delimitado, traduz um ideal de estabilidade e domínio técnico (Costa, Luchini e Mendes, 2024).

Dessa forma, as duas imagens refletem o tensionamento entre o organismo e a contracultura. O brasão foi concebido em um momento histórico em que o ideal de organismo buscava se afirmar sobre a contracultura, representando a ordem, a racionalidade e a consolidação das leis — valores que sustentam a estrutura institucional e o princípio da continuidade. Por outro lado, a marca promocional expressa uma inflexão contracultural, ao valorizar a fluidez, a inovação e a lógica da sociedade da informação. Nesse segundo caso, a universidade não mais se apresenta como guardião da tradição, mas como agente de transformação e ruptura, inserida em um cenário de constante reinvenção simbólica e tecnológica.

8. Considerações Finais

Este texto apresenta uma análise imagética fundamentada em categorias represontológicas, tomando como objeto as imagens oficiais e publicizadas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) — o brasão institucional e a marca promocional —, interpretadas à luz do conceito de efervescência. Por meio de uma revisão bibliográfica, identificamos dois conjuntos principais de efervescências: de um lado, a (contra)cultura gaúcha, marcada por sua tradição contestatória e crítica; de outro, a efervescência institucional da própria universidade, que busca afirmar-se como um organismo social vivo, dotado de funções, valores e significados que sustentam sua identidade e legitimidade no espaço público.

Nesse sentido, as imagens revelam o conflito simbólico entre o organismo e a contracultura. O brasão foi concebido em um momento em que o ideal de organismo buscava afirmar-se sobre a contracultura, representando a ordem, a estabilidade e a normatividade institucional — a tentativa de consolidar leis, valores e hierarquias internas que asseguram a continuidade da universidade. Por sua vez, a marca promocional expressa uma inflexão contracultural, alinhada aos princípios da sociedade da informação e da inovação. Nela, a universidade já não se apresenta como estrutura orgânica e autorregulada, mas como agente de mudança, que atua sobre o meio e o transforma, simbolizando a fluidez, a criatividade e o espírito crítico da era digital.

Assim, ambas as imagens não apenas se contrapõem, mas dialogam na tensão entre tradição e renovação, entre a instituição que busca conservar-se como organismo e aquela que se reinventa como força inovadora na contemporaneidade.

Para concluir este artigo, podemos propor algumas reflexões finais.

(1) Em primeiro lugar, o brasão parece cumprir a função de inscrever a instituição na esfera da alta cultura, projetando uma continuidade histórica que exige do observador um acúmulo prévio de saber simbólico e histórico para ser plenamente decifrada. Podemos, então, questionar: as marcas de divulgação seriam uma adaptação contemporânea dessa estratégia comunicativa, que dispensa o arcabouço histórico e aposta no design e na identificação imediata, evocando valores compartilhados pelo público do presente? Aparentemente, sim. Enquanto o brasão comunica densidade simbólica e tradição, a marca promocional privilegia a estética e a instantaneidade da recepção, adequando-se à lógica da sociedade da informação.

(2) A segunda reflexão diz respeito ao grau de pureza que a instituição consegue manter em sua relação com o público. O caso analisado sugere que a UFRGS, embora originalmente desejasse-se como um organismo autossuficiente, foi progressivamente se reconfigurando para preservar sua relevância em contextos socioculturais distintos daqueles de sua fundação. Desse modo, o foco institucional deslocou-se da busca pela normatividade e estabilidade (as leis) para a valorização da crítica e da inovação tecnológica. Assim, nem a instituição se impõe integralmente sobre a sociedade, nem a sociedade a remodela por completo: ambas se constroem mutuamente, em um processo dinâmico de trocas simbólicas e representacionais.

Referências

ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de; MOTTA, Fernando Claudio Prestes. **O brasão e o logotipo**: um estudo das novas universidades na cidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes Limitada, 2017.

CANDIDO, Celso. **Os Mitos de Hermes e Prometeu**. Sem Data. Disponível em: <http://www.caosmose.net/candido/unisinos/textos/hermeseprometeu.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke de. **A antiguidade clássica na representação do feminino**: pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930). Dissertação (Mestrado em História da Arte), Programa de Pós-Graduação em História da Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CAUDURO, Flávia; FONSECA, Joaquim da. **Manual de Normalização**. 1997. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/arquivos/manual-de-normalizacao>. Acesso em: 11 jul. 2018.

CAVEDON, Neusa Rolita. **Administração de toga**: desvendando a cultura organizacional da UFRGS e da Unisinos. Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

COSTA, Dayane Stephanie Maia; LUCHINI, Nádila Albuquerque; MENDES, Renat Nureyev. Do pensamento à ciência: uma resenha do livro "Repræsontologia: fundamentos da ciência das representações". **Colirium**: Revista de Estudos Representacionais e Repræsontologia, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre o seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DURKHEIM, Émile. Les principes de 1789 et la sociologie. **Revue Internationale de l'enseignement**, v. 9, p. 450-456, 1890.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Leya, 2018.

GLADIATORIA, Ars. **Espada e escudo**. Sem Data. Disponível em: <https://ars-gladiatoria.wordpress.com/treino/espada-e-escudo/>. Acesso em: 11 jul. 2018.

GRIJÓ, Wesley Pereira. Que negro é esse na cultura da mídia? uma análise a partir do contexto gaúcho. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Goiânia, v. 4, n. 8, p. 52-67, out. 2012.

HOLANDA, S. B.; EULÁLIO, A.; RIBEIRO, L. G. **Raízes do Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **O momento comtiano**: república e política no pensamento de Augusto Comte. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, SC, 2010.

LEWGOY, Bernardo. Secularismo e Espiritismo nas Ciências Sociais: discutindo os resultados da UFRGS. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 103-116, 2001.

LOPES, Ricardo Cortez. O grupo artificial em um ambiente desfavorável (ou não favorável): etnografia de um grupo de discussão de religião em uma universidade com forte tradição laicista. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 99-126, 2015.

LOPES, Ricardo Cortez. Represontologia e Estudos Representacionais: semelhanças e diferenças. **Colirium**: Revista de Estudos Representacionais e Represontologia, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2025.

LOPES, Ricardo Cortez. **Repraesontologia**: fundamentos da ciência das representações. São Paulo: UICLAP, 2024.

LLOREDA, Enrique Zorita. **Marketing promocional**. São Paulo: Esic Editorial, 2000.

MEDEIROS, Thais. **A produção científica sobre estudos de gênero no repositório digital da UFRGS**: um estudo bibliométrico. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e comunicação, Curso de Biblioteconomia, Porto Alegre, 2018.

MENDES, Yury Vieira Tupynambá de Medeiros e Lélis; MENDES, Renat Nureyev. Do Bacharelismo ao Doutorado: trajetória e perspectivas do Ensino Jurídico no Brasil. **Revista Parajás**, Montes Claros, v. 2, n. 1, 2019.

MONTEIRO, Lorena Madruga. **A estratégia dos católicos na conquista da sociologia na UFRGS (1940-1970)**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

NARVAZ, Martha Giudice. **A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica**: onde os discursos fazem(se) política. Tese (Doutorado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NOVAES, Sylvia Caiuby. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Mana**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 455-475, 2008.

OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controversa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Brasília, v. 3, n. 9, p. 5-14, 1989.

ORO, Ari Pedro. Os universitários brasileiros e a religião. In: _____. **Representações sociais e humanismo latino no Brasil atual**: religião, política, família e trabalho. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

OUTHWAITE, William. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PERES, Abel Alejandro López. **Manual de Heráldica**. Scribd. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/100448661/Manual-de-Heraldica>. Acesso em: 28 ago. 2018.

PETRY, Almiro. O estrutural-funcionalismo. *In*: MEIRELLES, Mauro; MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro (Org.). **Organização social e movimentos sociais**. Porto Alegre, Cirkula, 2015.

ROSATI, Massimo; WEISS, Raquel Andrade. Tradição e autenticidade em um mundo pós-convencional: uma leitura durkheimiana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 39, 2015.

SCHLEMPER, Paula Felipe. **A contribuição do design gráfico, como materializador da identidade de marca, no aumento do valor de marca agregado ao produto**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Florianópolis, 2004.

SILVEIRA, Luciana Martha. **Introdução à teoria da cor**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2015.

THÉRY, Hervé. Heráldica e Geografia. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 7-22, set./dez. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto e Regimento Geral**. Porto Alegre: Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

WEISS, Raquel Andrade. Do mundano ao sagrado: o papel da efervescência na teoria moral durkheimiana. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 395-421, 2013.